

## **A DINÂMICA DA TERRITORIALIDADE: O DILEMA ENTRE A ATIVIDADE AGRÍCOLA E O MANEJO FLORESTAL EM COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS DE SANTARÉM/PA**

Carla Kelen De Andrade Moraes - Estácio Belém

### **Resumo**

Este artigo visa, a partir da compreensão socioeconômica, identificar como as comunidades usam a floresta presente em seu território e se relacionam com as empresas madeireiras, na Gleba Nova Olinda I, Santarém/PA. O estudo foi baseado em bibliografias, documentos técnicos, observações in loco e aplicação de ferramentas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Foram identificados 888 moradores entre crianças, jovens, adultos e idosos, que vivem a realidade amazônica relacionada à educação, saúde, religião e lazer. Não há trajetória histórica para a atividade florestal, inserida na região na última década, sendo a mandioca o principal produto de subsistência familiar. São a Castanha do Pará e a resina do breu que garantem a prática extrativista das comunidades locais. O Urucum e o Açaí, além da caça, pesca e artesanato contribuem como alimento e/ou renda para os agricultores. Os Projetos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) garantem a subsistência das famílias e a aquisição de bens de consumo. Entretanto, são necessários estudos complementares sobre a gestão comunitária dos recursos e os impactos decorrentes do encerramento dos projetos.

**Palavras-chave:** Socioeconomia. Território. Agricultura. Concessão Florestal.

### **Abstract**

This article aims, from the socioeconomic understanding, to identify how communities use the forest present in their territory and interrelate with timber companies in Gleba Nova Olinda I, Santarém-PA. Bibliographies, technical documents, in loco observations and application of Participatory Rapid Diagnosis (PRD) tools were used as survey methodology. 888 residents were identified among children, youth, adults and seniors, who live the reality of the Amazonian's education and health systems, as well as local religion and leisure. There is no historical occurrence of forestry activity - which was inserted in the region throughout the last decade - being cassava the main family subsistence product. Both Castanha do Pará and breu resin guarantee the extractive practice of local communities. Urucum and Açaí, besides hunting, fishing and handicrafts, contribute as food and/or income for farmers. Sustainable Forest Management Projects (PMFS) guarantee both family's livelihood and consumer goods purchase. However, further studies on community resource management as well as the impacts of projects ending are needed.

**Keywords:** Socioeconomics. Territory. Agriculture. Forest Concession.

# A DINÂMICA DA TERRITORIALIDADE: O DILEMA ENTRE A ATIVIDADE AGRÍCOLA E O MANEJO FLORESTAL EM COMUNIDADES AGROEXTRATIVISTAS DE SANTARÉM/PA

## Resumo

Este artigo visa, a partir da compreensão socioeconômica, identificar como as comunidades usam a floresta presente em seu território e se relacionam com as empresas madeireiras, na Gleba Nova Olinda I, Santarém/PA. O estudo foi baseado em bibliografias, documentos técnicos, observações *in loco* e aplicação de ferramentas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Foram identificados 888 moradores entre crianças, jovens, adultos e idosos, que vivem a realidade amazônica relacionada à educação, saúde, religião e lazer. Não há trajetória histórica para a atividade florestal, inserida na região na última década, sendo a mandioca o principal produto de subsistência familiar. São a Castanha do Pará e a resina do breu que garantem a prática extrativista das comunidades locais. O Urucum e o Açaí, além da caça, pesca e artesanato contribuem como alimento e/ou renda para os agricultores. Os Projetos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) garantem a subsistência das famílias e a aquisição de bens de consumo. Entretanto, são necessários estudos complementares sobre a gestão comunitária dos recursos e os impactos decorrentes do encerramento dos projetos.

**Palavras-chave:** Socioeconomia. Território. Agricultura. Concessão Florestal.

## Abstract

This article aims, from the socioeconomic understanding, to identify how communities use the forest present in their territory and interrelate with timber companies in Gleba Nova Olinda I, Santarém-PA. Bibliographies, technical documents, *in loco* observations and application of Participatory Rapid Diagnosis (PRD) tools were used as survey methodology. 888 residents were identified among children, youth, adults and seniors, who live the reality of the Amazonian's education and health systems, as well as local religion and leisure. There is no historical occurrence of forestry activity - which was inserted in the region throughout the last decade - being cassava the main family subsistence product. Both Castanha do Pará and breu resin guarantee the extractive practice of local communities. Urucum and Açaí, besides hunting, fishing and handicrafts, contribute as food and/or income for farmers. Sustainable Forest Management Projects (PMFS) guarantee both family's livelihood and consumer goods purchase. However, further studies on community resource management as well as the impacts of projects ending are needed.

**Keywords:** Socioeconomics. Territory. Agriculture. Forest Concession.

## 1. INTRODUÇÃO

O território amazônico é diverso e rico, não somente pela exuberante paisagem e por suas dimensões geográficas, mas por sua diversidade socioeconômica e ambiental. Diante dessa perspectiva, “entende-se esse território como um espaço delimitado e marcado, não apenas pelas dimensões espaciais, mas principalmente por suas relações sociais, econômicas, produtivas e culturais” (TOURINHO, 2014).

A necessidade de um ordenamento territorial para a Amazônia brasileira se dá em função da mesma ser uma das principais regiões produtoras de madeira tropical no Brasil e no mundo (VERÍSSIMO & PEREIRA, 2014), abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão, com extensão de aproximadamente 5.035.020 quilômetros quadrados (FGV, 2016).

Parte da Amazônia está no estado do Pará, que é o segundo maior Estado do país, com 124,85 milhões de hectares, 7 milhões de habitantes – 61,7 % de sua área está afetada por unidades de conservação e terras indígenas, 24,6 % sob competência da União e 21 % sob competência do Estado (ITERPA, 2007). Tal dimensão requer minimamente um planejamento de uso das florestas e políticas públicas, e que sejam capazes de “promover o desenvolvimento regional com base em ativos florestais, além de contribuir para a solução de conflitos sociais e fundiários (TOURINHO, 2014)”. E segundo Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB (2017) a indefinição fundiária tem sido apontada como um dos principais desafios para a governança ambiental na Amazônia e um obstáculo crucial para a aprovação de planos de manejo oriundos de comunidades.

O ordenamento territorial se coaduna com a política de gestão de florestas públicas para produção sustentável onde, por consideração legal, determina que “florestas públicas são florestas naturais ou plantadas, localizadas nos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta” (SFB, 2017).

Desta forma, estão sob concessão no Estado do Pará: a Floresta Nacional de Caixuanã, a Floresta Nacional de Altamira, a Floresta Nacional do Crepori e a Floresta Nacional de Saracá-Taquera, cujos contratos de concessão florestal (CF) em 2017 somaram 654.593,23 ha concedidos e valor de referência de contrato de R\$ 26.239.276,10 (SFB, 2018).

O oeste paraense abrange os municípios de Oriximiná, Faro, Terra Santa, Juruti, Óbidos, Curuá, Alenquer, Santarém, Monte Alegre, Prainha, Belterra, Mujuí dos Campos, Aveiro, Itaituba, Placas, Rurópolis, Trairão, Jacareacanga e Novo Progresso, e essa região é composta por áreas destinadas a várias categorias de uso, tais como: Floresta Nacional, Reserva Extrativista (Resex), Terra Indígena (TI), Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX), entre outras. E nesse cenário que está localizada a área da pesquisa, a Gleba Nova Olinda I, nos municípios de Santarém e Juruti, apresentando uma diversidade de características que é de fundamental importância para compreensão dos atores locais e de suas atividades.

A Gleba Nova Olinda I, região do Rio Maró apresenta-se como uma área, que após um período de conflito pela posse da terra, passou recentemente por um processo de ordenamento fundiário. A região hoje possui unidades territoriais para a proteção das áreas das comunidades tradicionais, a criação de áreas de interesse ecológico e o planejamento de longo prazo das áreas com potencial econômico, principalmente o manejo florestal madeireiro (CENTRO..., 2013)

É importante considerar as peculiaridades da atividade florestal, principalmente as que tangem as comunidades locais relacionadas ao processo de desenvolvimento local, assim como, refletir sobre as perspectivas de sustentabilidade que possuem as comunidades após o término dos projetos de manejo florestal. Assim, as questões que norteiam esse estudo são: a) como a atividade florestal é incorporada na vida das comunidades?; e b) como se dá a relação entre as comunidades e as empresas madeireiras presentes na região?

Diante desse conto, o estudo visa compreender a dinâmica comunitária no âmbito da territorialidade e do dilema entre o desenvolvimento das atividades agrícolas a partir da inserção do manejo florestal, na Gleba Nova Olinda I, Santarém/PA.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. A Gleba Nova Olinda I e o seu entorno**

“As Glebas Nova Olinda I, Nova Olinda II, Mamurú e Cumurucuri fazem parte do conjunto de Glebas Mamuru-Arapiuns, uma área de concessão florestal com mais 1.3 milhões de hectares (CENTRO..., 2013)” e os inúmeros casos de conflitos territoriais na Amazônia foi um dos fatores que contribuiu para que o governo local iniciasse um trabalho de ordenamento territorial, promovendo a regularização fundiária de áreas biodiversas ocupadas por comunidades, condição essa que se enquadra a gleba, que “está localizada nos municípios de Santarém e Juruti, oeste do estado do Pará, com extensão territorial aproximada de 173 mil hectares, abrangendo 14 comunidades tradicionais indígenas e não indígenas que somam 309 famílias e 1.034 pessoas (LIMA, et. al, 2013)”.

O principal fator que desencadeou o Decreto Estadual nº 1.149/2008 de Limitação Administrativa Provisória (LAP) para a área do conjunto de glebas Mamuru-Arapiuns, foi a existência de comunidades indígenas na gleba. Assim, o governo paraense deliberou sobre a proposta que define um mosaico de usos para esse complexo de glebas, “...com foco na proteção das comunidades tradicionais, de áreas de interesse ecológico e o planejamento de longo prazo das áreas com potencial econômico (CENTRO..., 2013)”.

Assim, foram criados os Projeto de Assentamento Estaduais Agroextrativista (PEAEX), e foram destinados às populações que ocupam áreas dotadas de riquezas extrativas e praticam, prioritariamente a exploração sustentável dos recursos naturais voltadas para a subsistência (agricultura familiar de subsistência, outras atividades de baixo impacto ambiental e à criação de animais de pequeno porte).

Segundo Brasil (2010), PEAEX são áreas consideradas de domínio público com uso concedido às populações extrativistas e a destinação das áreas dá-se mediante uma concessão de direito real de uso, em regime de uso comum, associativo ou cooperativista por prazo indeterminado.

As comunidades da Gleba Nova Olinda I que participaram da pesquisa estão na categoria PEAEX e possuem Projetos de Manejo Florestal Sustentável executado pela empresa Mundo Verde Empreendimentos Sustentáveis Ltda., são elas: Mariazinha-Aracati, Fé em Deus, São Luis do Aruã, Novo Paraíso, São Francisco do Aruã e São Raimundo do Aruã.

### **2.2. As empresas madeireiras**

De acordo com a pesquisa, a instalação das empresas madeireiras na região ocorreu pelo processo de concessão florestal (CF) e pela peculiaridade do processo de permuta dessas áreas.

Com relação à permuta, ocorreu que o Estado do Pará destinou para venda, lotes de terras pertencentes a reserva indígena Kayapó, no município de São Félix do Xingu, entretanto os proprietários que compraram as terras foram impedidos de ocuparem a área indígena devido à pressão dos órgãos reguladores e do movimento indígena. Diante desse impasse, o governo criou uma forma de resolução do problema, através da permuta da área, ou seja, os proprietários poderiam escolher outra área de terra com dimensões territoriais semelhantes as suas, dentro do Estado do Pará para trocar, conforme explica o Decreto nº 98.865 de 23 de janeiro de 1990 e a portaria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) nº 220 de 13 de março de 1990 que determina que:

[...] para expansão da reserva indígena kayapó, os proprietários dos lotes referentes ao Projeto Integrado Trairão, localizado na Gleba Altamira VI, no município de São Félix do Xingu, são impedidos de ocuparem os referidos lotes”. Assim, essas áreas foram destinadas para permuta, e “o governo do Estado do Pará assina, em cumprimento ao Decreto Estadual nº2.472, de 29 de setembro de 2006, publicado no DOEPA nº30.777 de 02 de outubro de 2006, os contratos de permuta dos 25 primeiros lotes de terras do Projeto Integrado Trairão (IDEFLOR-BIO, 2009).

Alguns proprietários de terra da região sul do estado do Pará, impedidos de ocupar suas áreas, fizeram acordo com o governo estadual, optando pela permuta de suas terras de São Félix do Xingu por terras em outros municípios do Estado do Pará. E foi assim que a empresa Mundo Verde Empreendimentos Sustentáveis, se instalou na região, na Gleba Nova Olinda I, no município de Santarém/Pará.

Os proprietários da empresa Mundo Verde, tinham experiência no desenvolvimento da atividade agrícola, mas perceberam que não poderiam desenvolver tais atividades nas novas terras, somente a atividade florestal. Com o passar dos anos e com a ajuda de empresários locais, eles passaram a compreender e desenvolver a atividade de manejo florestal surgindo assim, em 2006 o início das atividades da empresa.

Além da empresa Mundo Verde, outras empresas do setor florestal estão localizadas nas áreas no entorno das comunidades pesquisadas. Algumas dessas empresas se instalaram na região antes do processo de concessão florestal e outras após esse processo. Os primeiros contratos assinados pelo Governo do Estado do Pará, por intermédio do Ideflor-Bio, ocorreram em 29 de setembro de 2011 e as empresas Rondobel e LN Guerra ganharam o edital de concessão da Unidade de Manejo Florestal (UMF) do conjunto de glebas Mamuru-Arapuins (IDEFLOR-BIO, 2017). A tabela 1 caracteriza as empresas no entorno da área de pesquisa.

Tabela 1. **Madeiras, atividades desenvolvidas e áreas de CF na Gleba Nova Olinda I.**

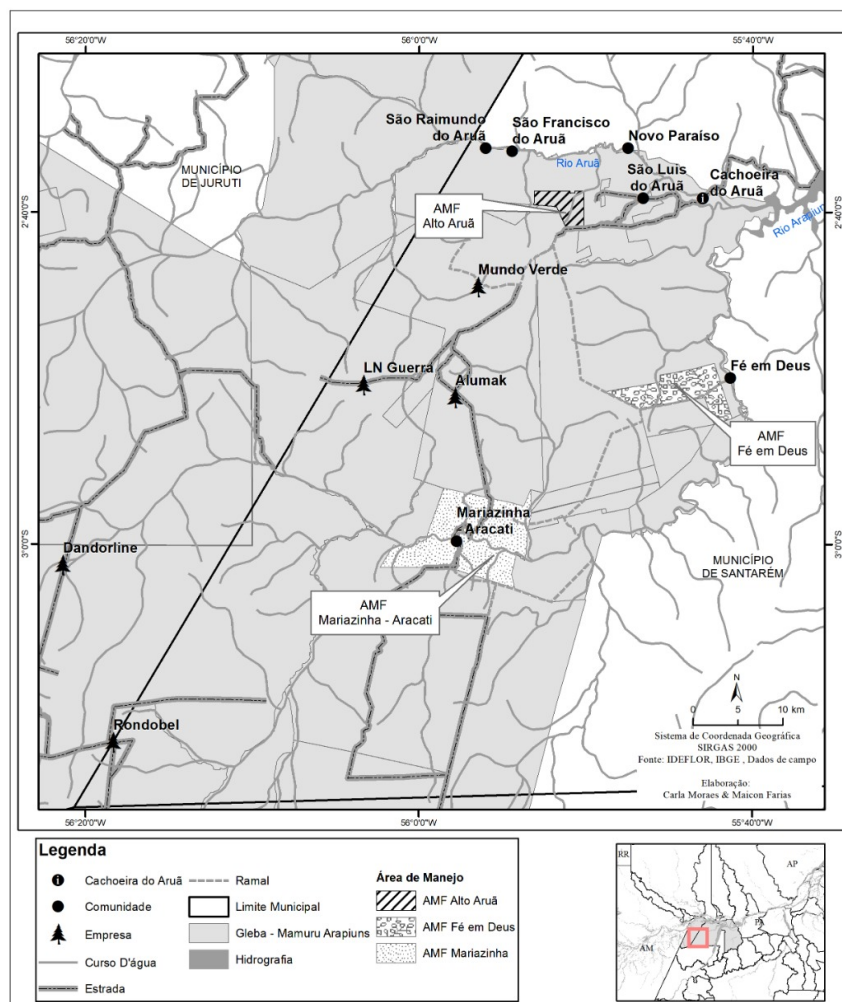
<b>Empresas</b>	<b>Atividade Florestal</b>	<b>Área de CF</b>
Rondobel Indústria e Comércio de Madeiras Eireli	Todas as atividades do MFS	Sim 19.817,71 ha
Mundo Verde Empreendimentos Sustentáveis Ltda.	Pré-exploração, fiscalização da exploração e pós-exploração	Não
Alumak Serviços e Locação de Máquinas Ltda – ME	Exploração e transporte de madeira	Não
LN Guerra e Comércio de Madeiras Ltda	Todas as atividades do MFS	Sim 45.657,33 ha
Dandorlini e Peper Ltda.	Todas as atividades do MFS	Não
Madeira Ideal Indústria, Comércio e Exportação Ltda.	Compra de AUTEF's para comercialização de madeira	Não

Fonte: Elaborado pelos autores.

As empresas madeireiras presentes na região passaram a construir com as comunidades locais distintas relações, sociais, comerciais, culturais, de lazer, religiosas, etc. A localização geográfica, ou seja, a proximidade entre as comunidades e as empresas é um fator relevante no estabelecimento dessas relações. Percebe-se que quanto mais próximas, maior é o grau de interação entre os comunitários e as empresas, sendo que tais aspectos serão melhor explicados no próximo tópico, de análise socioeconômica das comunidades.

A Figura 1 identifica a localização das empresas madeireiras presentes na região, das comunidades pesquisadas e das áreas de instalação dos projetos de manejo florestal sustentável das comunidades.

**Figura 1. Comunidades, empresas madeireiras e PMFS, Gleba Nova Olinda I, Santarém/PA.**



Fonte: Dados da pesquisa de campo conduzida pelos autores. Elaboração: Maicon Farias (2019).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa-ação, uma pesquisa participante e aplicada que supõe intervenção participativa na realidade social (VERGARA, 2006), desenvolvida em seis comunidades agroextrativistas localizadas na Gleba Nova Olinda I, Santarém/PA, que possuem PMFS executado pela empresa Mundo Verde Empreendimentos Sustentáveis Ltda.

A pesquisa foi baseada no uso de ferramentas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que segundo Chambers (1981) é uma “família” de abordagens e métodos para capacitar comunidades locais (rurais e urbanas) para compartilhar, aumentar e analisar o conhecimento da própria vida e planificar mudanças. Também foram feitas pesquisas documentais em órgãos públicos, como: Instituto de Desenvolvimento Florestal (Idebflor-Bio), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras do Pará (TERPA). Tais pesquisas foram realizadas on-line nos sites oficiais dessas instituições públicas. Muitas informações primárias e secundárias sobre a área de pesquisa foram obtidas nos relatórios técnicos, cartilhas e artigos acadêmicos.

Foram utilizadas as ferramentas: a) entrevista semiestruturada; b) diagrama de fluxo; e c) mapas participativos de algumas comunidades da região para nortear a localização geográfica da área de pesquisa.

O diagrama de fluxo para Chambers (1981) condiz com uma representação gráfica representativa do fluxo de entradas e saídas relacionado a determinado fato. Na representação utiliza-se de informações complementares para enriquecer o diagrama.

Os mapas georreferenciados foram elaborados a partir de pontos de coordenadas por satélites captados por um Global Positioning System (GPS) portátil de marca e Trex 10 Garmin. Os mapas participativos das comunidades Fé em Deus e Mariazinha-Aracati, elaborados em estudos anteriores junto com o Projeto Saúde Alegria (PSA) foram utilizados como referência pelos atores locais (comunitários).

A entrevista semiestruturada: combinou perguntas fechadas e abertas, foi focada em assuntos diversos a partir de um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (MANZINI, 1990/1991).

O questionário teve seis repetições, sendo a primeira considerada como teste de validação, visando ajustes necessários. Cada aplicação foi feita com um grupo distinto de comunitários em períodos de tempo diferentes, após uma reunião de explicação sobre a pesquisa e sobre os procedimentos metodológicos adotados. A coleta de dados ocorreu em três momentos distintos: os dados gerais da pesquisa, localização dos atores, número de famílias e uso do território, foram levantados nos períodos de 23 a 25/05/2018 e 23/08/2018; as práticas produtivas e econômicas e dados gerais dos PMFS, foram coletados nos períodos de 23/02 a 02/03/2019.

Os comunitários que participaram da pesquisa estavam representados por adultos, jovens e idosos, e homens e mulheres, e foram direcionados para temas de acordo com o seu perfil, objetivando a melhor colaboração dos mesmos. Participaram das entrevistas 67 agricultores (n=67), divididos em grupos por comunidades (nº de grupos= 6).

Além das entrevistas em grupo, foram feitas entrevistas com pessoas que possuíam conhecimento ou exerciam cargos específicos para a melhor compreensão de alguns aspectos relevantes para a pesquisa, assim como, foram visitadas algumas propriedades comunitárias, no intuito de fazer o registro fotográfico e identificar peculiaridades que pudessem ajudar no processo de análise da conjuntura local. Foram entrevistados: os presidentes das comunidades e das associações comunitárias; o líder do grupo de jovens; os professores; o enfermeiro e a técnica de enfermagem; e o técnico florestal, o engenheiro florestal e a proprietária da empresa da empresa Mundo Verde Empreendimentos Sustentáveis Ltda.

## **4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Aqui são apresentados os resultados da pesquisa, considerando a conjuntura local da Gleba Nova Olinda I como um território com áreas destinadas a concessão florestal, onde estão presentes, além das empresas madeireiras, comunidades tradicionais que passaram a desenvolver Projetos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) como uma atividade complementar as práticas agrícolas e extrativistas já existentes.

### **4.1. As comunidades Pesquisadas**

A pesquisa foi realizada em seis comunidades com PMFS em conjunto com a empresa madeireira Mundo Verde Empreendimentos Sustentáveis Ltda, em Santarém/PA. Cada comunidade possui uma organização comunitária representativa, conforme veremos a seguir.

A comunidade Mariazinha-Aracati (MA) é representada pela Associação Comunitária do Alto Maró Mariazinha - ACOAMAM, localizada no alto Rio Maró, afluente do Rio Arapiuns, com uma área de 10.317,00ha. Parte dos moradores do assentamento residem na Vila de Mariazinha e a outra parte moram na Vila Aracati.

A comunidade Fé em Deus (FD) está localizada na margem direita do Rio Maró, que deságua no Rio Arapiuns, fazendo divisa com Rios Marózinho e Aruã. A área comunitária possui cerca de 727,00ha. Os moradores residem, parte no centro comunitário e parte no bairro Piracuí, e são representados pela Associação dos Moradores da Comunidade Fé em Deus – ASCOMFÉ.

As comunidades São Luis do Aruã (SLA), Novo Paraíso (NP), São Raimundo do Aruã (SRA) e São Francisco do Aruã (DFA), estão localizadas na parte alta do Rio Aruã, e possuem uma extensão de terra de 23.872,35ha. As comunidades são representadas pela Associação Intercomunitária dos Moradores e Agricultores Rurais Agroextrativistas das Comunidades de São Luis do Aruã, São Francisco do Aruã, São Raimundo do Aruã e Novo Paraíso da Gleba Nova Olinda I – AMGLO.

Há nas comunidades um total de 888 pessoas entre adultos, idosos e crianças, com maior nas comunidades Mariazinha-Aracati e Fé em Deus, 225 e 205; e menor concentração, de 46 moradores na comunidade de São Raimundo do Aruã.

A infraestrutura das comunidades consiste em casas de madeira cobertas com palha ou telha de amianto, igreja, barracão, escola, alojamento para professores, caixas d'água, energia a motor, poço artesiano, placa solar, entre outros. Houve apoio tanto do poder público local, quanto de madeireiros da região na obtenção de algumas infraestruturas comunitárias. É mais comum as empresas madeireiras fazerem manutenção das estradas, principalmente quando estas estão na rota dos planos de manejo, conforme mostram os estudos do Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB (2011).

A tabela 2 sintetiza as informações sobre as comunidades: suas organizações representativas, tamanho da área comunitária, número de famílias e moradores, nível de ensino escolar local, número de alunos atendidos, presença ou ausência da Educação de Jovens e Adultos (EJA), local de atendimento à saúde, tipo de religião e principal atividade de lazer.



Tabela 1 – Aspectos sociais das comunidades pesquisadas

<b>Associação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Comunidade</b>	<b>NF</b>	<b>NM</b>	<b>NA</b>	<b>EJA</b>	<b>Nível Escolar</b>	<b>PAS</b>	<b>Religião</b>	<b>Atividade de Lazer</b>
ACOAMAM	10.317,00	Mariazinha-Aracati	44	225	103	Sim	1° ao 9° ano	Posto de Saúde de Cachoeira do Aruã	Evangélica	Futebol
ASCOMFÊ	727,00	Fé em Deus	44	205	112	Sim	1° ao 9° ano	Posto de saúde da comunidade Prainha	Católica	Futebol
AMGLO	23.872,35	São Luis do Aruã	18	92	46	Não	1° ao 4° ano	Posto de Saúde de Cachoeira do Aruã	Católica	Futebol
		Novo Paraíso	26	126	65	Não	1° ao 5° ano	Posto de Saúde de Cachoeira do Aruã	Católica	Futebol
		São Francisco do Aruã	46	194	98	Sim	1° ao 9° ano	Hospital Nove de Abril	Católica	Futebol
		São Raimundo do Aruã	11	46	14	Não	1° ao 5° ano	Hospital Nove de Abril	Católica	Futebol
-	-	-	<b>189</b>	<b>888</b>	<b>438</b>	-	-	-	-	-

NF – Número de Famílias; NM – Número de Moradores; NA – Número de alunos; EJA – Educação de Jovens e Adultos; PSA – Posto de Atendimento à Saúde.

Fonte: Dados oriundos da pesquisa de campo (2019), conduzida pelos autores.

## 4.2. O dilema entre a agricultura e o manejo florestal

A abertura da região Amazônica fez com que a exploração de madeira se tornasse uma atividade intimamente relacionada com o avanço da fronteira agrícola (ROS-TONEN, 2007). Para Veríssimo e Pereira (2014), o setor madeireiro é um importante gerador de renda e empregos para trabalhadores da floresta e da indústria de transformação, e por impulsionar de forma indireta várias economias de mais um terço dos municípios da Amazônia.

Segundo Santana:

[...] a efetividade do marco regulatório da exploração florestal na Amazônia, que a partir de 2004 coibiu intensamente o desmatamento e a extração ilegal de madeira em tora, juntamente com os efeitos da crise econômica internacional a partir de 2007 e o mercado paraense de produtos madeireiros, diminuiu 64,6% entre 2007 e 2009, causando forte impacto na indústria madeireira e comprometendo o abastecimento do mercado (SANTANA et al, 2012).

Apesar da crise do setor florestal ocasionada pela política fundiária, inscrita no Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento da Amazônia (PPCDam) (IIEB, 2011), em 2009 um levantamento feito pelo o Imazon revelou que o setor madeireiro na Amazônia Legal extraiu cerca de 14,2 milhões de metros cúbicos de madeira em tora (PEREIRA et al. 2010), onde o Pará, Mato Grosso e Rondônia se destacam com 91% do total produzido, mostrando o grande potencial do setor florestal.

Estudos de Pereira *et al.* (2010) aponta o oeste do Pará, o extremo noroeste de Mato Grosso e o sudeste do Amazonas como áreas de nova fronteira madeireira (menos de 10 anos); e mostra o perfil da produção madeireira no Estado, onde o município de Santarém apresenta 31 empresas, o consumo de 27.000m<sup>3</sup> de madeira em tora, 1.159 empregos diretos e uma receita bruta de US\$ 45,6 milhões (PEREIRA et al, 2010).

As comunidades pesquisadas foram fundadas entre 1965 e 1998, mas somente a partir de 2008 começaram a se organizar para constituir suas organizações representativas, principalmente desencadeadas pelo processo de ordenamento territorial do Governo do estado do Pará, a partir da implementação uma política nacional de valoração dos ativos florestais.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR foi a organização que mais apoiou o processo de organização social, econômico-financeira e produtiva das comunidades, entretanto com muito receio do envolvimento das mesmas na atividade florestal, principalmente em função da conjuntura histórica de conflitos entre madeireiros e camponeses na Amazônia.

A partir de 1998, algumas empresas madeireiras demonstraram interesse em trabalhar em áreas comunitárias de Fé em Deus e Mariazinha-Aracati, despertando o interesse de lideranças na busca de informações sobre o Manejo Florestal. Já com as comunidades do Aruã, esse processo se estabeleceu de forma diferente, o interesse sobre a atividade partiu dos comunitários, que em 2013 tiveram a oportunidade de conhecer a Cooperativa Mista da Flona Tapajós – COOMFLONA, e no retorno da visita, ao perceberem que também podiam desenvolver a atividade florestal, decidiram procurar duas empresas madeireiras para escolher a melhor proposta de manejo florestal. E foi quando iniciou o PMFS nessas comunidades.

A madeira comunitária é comercializada em tora, e segundo dados do Cardoso e Sousa-Jr (2017) sobre as AUTEFs da SEMAS, em 2012 os planos de manejo florestal gerou um crédito de 3,2 milhões de metros cúbicos de madeira em tora e nesse cenário o Estado do Pará se destaca como um dos maiores produtores de madeira da Amazônia.

Desde de 2008, o manejo florestal passou a ser uma atividade econômica significativa para as comunidades, sendo visto pelos moradores como uma renda capaz de garantir, não somente a subsistência, mas ascensão à bens de consumo para as famílias, entre outros. Essa realidade é confirmada nos estudos do IIEB (2011) em assentamentos da região de abrangência da SR 30 do Incra: BR 230 (Transamazônica), BR 163 (Santarém-Cuiabá) e Baixo Amazonas.

As práticas como a agricultura familiar de subsistência, caça, pesca e extrativismo de produtos da floresta não garantem para as famílias, a condição de segurança alimentar e de aquisição de bens que a atividade florestal garante, por meio de uma renda fixa mensal (por associado) que varia R\$ 339,55 a R\$ 6.038,68/mês, conforme a realidade de cada comunidade.

O cultivo da mandioca para a produção de farinha, além da caça, pesca, criação de galinha e extrativismo, “são as principais atividades econômicas e de subsistência dessas comunidades” (LIMA, *et al*, 2013). A farinha produzida é, em primeiro lugar para consumo, e o excedente é vendido aos comerciantes locais da região. A produção média de farinha das famílias é de 4,5 sacas/semana e o preço de comercialização varia entre R\$ 60,00 a R\$ 80,00/saca de 50 kg.

Segundo Catete e Costa (2018):

Conforme relatório do IBAMA de 2007, a Gleba Nova Olinda apresenta um grande potencial de recursos naturais, principalmente em relação à fauna e à flora, a TI Maró encontra-se cravada nesse mosaico de recursos naturais, que possui alto valor ecológico e financeiro, com destaque para espécies de madeiras bem visadas no mercado, como: maçaranduba (*Manikara* sp.), angelim (*Hymenolobium excelsum*), jatobá (*Hymenaea courbaril*) e cumaru (*Dipterix*).

Todas as espécies citadas pelo autor constam como espécies a serem exploradas dos inventários florestais das áreas comunitárias estudadas. Entretanto, a tradição comunitária é voltada para a produção de farinha para consumo das famílias, com a comercialização apenas do excedente produzido. Assim, a agricultura apresenta-se como atividade essencial para a segurança alimentar, além de contribuir para a estabilidade no ingresso de renda na economia familiar ao longo do ano (LIMA *et al.*, 2013).

As famílias também cultivam o urucum (*Bixa orellana* L.) e comercializam o produto *in natura* a um valor variável de R\$ 3,00 a 7,00/kg, chegando até R\$12,00 no período de escassez, sendo a produção média nas comunidades estudadas de 180kg/mês (MORAES, *et al.*,2020). Considerando o preço médio de R\$ 5,00/kg do fruto, as famílias têm um rendimento financeiro de R\$ 900,00/mês com a comercialização do produto.

O cultivo de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) nas comunidades é incipiente, são poucas as famílias que possuem área de plantio. Segundo Moraes *et al.* (2020) a produção média familiar é de 5 sacas de 50kg/mês de fruto *in natura*, cuja polpa é comercializada localmente ao preço de R\$ 5,00/ℓ. Considerando que 1,8kg de fruto *in natura* equivale a 1ℓ de polpa processada pelos comunitários, o rendimento médio familiar com chega a de R\$ 694,00/mês.

Outro produto comercializado pelos comunitários é a Castanha do Brasil, também conhecida como Castanha do Pará, onde os frutos são vendidos *in natura*, garantindo uma renda complementar para algumas famílias no período da safra. Essa ocorre no período do inverno, correspondente aos primeiros meses do ano, período de produção da castanheira (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.), cuja incidência na área de estudo equivale a 1.787 plantas.

Em Mariazinha-Aracati a castanha é comercializada por R\$ 3,00/kg no início e no final da safra e chega ao preço R\$ 1,50/kg no período de auge de safra, quando muitas comunidades comercializam o produto. As famílias comercializam cerca de 250 kg do fruto, o equivalente a

5 sacas. A venda da castanha é feita para os pequenos comerciantes locais que compram o produto e revendem para os comerciantes de Santarém e região. Além da castanha do Pará, os comunitários retiram da floresta a resina do Breu (*Protium paliidum* Cuatrec), cujo o valor varia de R\$ 3,00 a R\$ 5,00/kg.

A caça é praticada pelos moradores de todas as comunidades pesquisadas. Os animais caçados são utilizados na alimentação, e são eles: veado, anta, cutia, paca, tatu, porcão, jabuti ou jabote, aperema, tracajá, jacaré, entre outros. No total, somando as aves são mais de 19 animais consumidos pelas famílias, além da pesca que também é uma atividade de subsídio alimentar, com mais 12 peixes consumidos pelos comunitários, dentre eles: aracú, pacú, pacú branco, pacuaçu, piranha, tucunaré, branquinha, mandubé, traíra, bararuá, jacuarana ou matrinchã e pracajandiá, entre outros.

Em São Francisco do Aruã, outra prática extrativista é a coleta de cipós para confecção de produtos como: tipiti, paneiro e peneira. Esses são comercializados por R\$20,00/unidade na comunidade, chegando a R\$ 15,00 ou R\$ 10,00/unidade para os atravessadores que compram em grande quantidade, ou seja, mesmo de forma incipiente a venda desses produtos ajuda na renda familiar. Os estudos de Lima *et al.* (2013) confirmam que recursos, como fibras, cascas e madeira, coletados ao longo do ano e integram a renda familiar das comunidades dessa região.

A tabela 3 apresenta dados sobre a correlação econômica entre as atividades praticadas pelas comunidades: agricultura e extrativismo e o manejo florestal.

Tabela 3 – Atividades desenvolvidas pelas comunidades e seus rendimentos econômicos

Classificação da Atividade	Produtos	Vol. Produzido (Q x T)	Valor Unit. (R\$)	Rendimento Mensal (R\$)	Rendimento Anual (R\$)
Atividade Agrícola de comercialização	Açaí	5 sacas/mês <i>in natura</i>	5,00/ℓ polpa	694,00	8.328,00
	Urucum	180 kg/ano	5,00/kg	-	900,00
	Farinha	12 sacas/mês	75,00/saca	-	10.800,00
Atividades Extrativistas	Castanha	240 kg/mês	3,25/kg	780,00	2.340,00
	Resina de Breu	120 kg/ano	4,00/kg	-	480,00
	Óleo de copaíba	1 ℓ/trimestre	25,00/ℓ	-	100,00
	Mel de abelha	1 ℓ/trimestre	35,00/ℓ	-	140,00
	Objeto de fibra <sup>1</sup>	30 unidades/mês	17,50/unid	525,00	6.300,00
PMFS comunidade MA	Madeira	134.848,93 m <sup>3</sup>	78,60/m <sup>3</sup>	3.000,00	36.000,00
PMFS comunidade FD		29.227,5 m <sup>3</sup>	70,00/m <sup>3</sup>	2.224,29 a 6.038,68	26.691,48 a 72.464,16
PMFS comunidades SFA, NP, SFA e SRA (novos associados)		80.768,6 m <sup>3</sup>	70,00/m <sup>3</sup>	339,55	4.074,60 + FR
PMFS comunidades SFA, NP, SFA e SRA (antigos associados)		80.768,6 m <sup>3</sup>	70,00/m <sup>3</sup>	996,00	11.952,00 + <sup>2</sup> FR

<sup>1</sup> São considerados objetos de fibra: paneiro, tipiti, peneira, entre outros. O preço unitário foi padronizado pelo preço médio dos produtos

<sup>2</sup> Fundo de Reserva da AMGLO = R\$ 480.000,00 (período da pesquisa)

De modo geral, “apesar de existir um escoamento local da produção, os principais vínculos comerciais dessas comunidades estão estabelecidos com os centros urbanos dos municípios de Santarém e Juruti, de forma direta e por intermédio de atravessadores” (LIMA et. al, 2013), e essa realidade se confirma, nas comunidades pesquisadas, visto que o principal local de comercialização da produção é o Mercado, grande comércio local de Santarém onde se reúne comerciantes de vários produtos.

Mesmo com a disposição do território para a atividade de manejo florestal, as comunidades presentes na região não participam diretamente das atividades dos projetos de manejo florestal de suas áreas, que são feitas por empresa madeireira local, por meio de relação contratual. O que para Amaral e Amaral Neto (2005, apud IIEB, 2011) se configura no manejo florestal comunitário do tipo parceria de comunidade com empresa para a execução do manejo. Nesse caso, são retirados os custos operacionais da atividade e os lucros líquidos são divididos entre as comunidades e a empresa na proporção de 60% a 40% respectivamente.

São várias as motivações dos comunitários nas parcerias para a exploração da madeira com as empresas, tais como:

Obtenção de recursos financeiros; melhoria da infraestrutura básica, visto a ausência do órgão responsável por assegurar o desenvolvimento local e a precariedade da infraestrutura de transporte, de abastecimento de água e de energia elétrica; e capitalizar a instituição representativa local para que os próprios comunitários possam executar a exploração florestal da madeira (IIEB, 2011).

As mudanças na gestão florestal e os incentivos de mercado para o manejo florestal sustentável podem, no entanto, sinalizar um progresso rumo a uma maior sustentabilidade (ROS-TONEN, 2007). Não há dúvidas de que a atividade florestal é de extrema importância econômica para as comunidades, entretanto é necessário refletir sobre a sua sustentabilidade, ou seja, quando encerrarem os projetos de manejo, quais atividades econômico-produtivas essas comunidades vão desenvolver para substituir as atuais receitas obtidas com a exploração florestal de suas áreas? Porque as políticas públicas não estão sendo implementadas no intuito de garantir maior autonomia dos atores mais fragilizados do processo? Visto que a atividade florestal desenvolvida pelas comunidades dinamiza economicamente o mercado em nível global.

De acordo com Santos (2010) “as políticas públicas são disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam a atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. Elas refletem a ação intencional do Estado junto à sociedade”. E esse exercício da democracia representativa deve resultar do compromisso tanto do Estado, como da sociedade e, é a concretização dos deveres transcritos destes na constituição e nas formulações dos planos de governo nas esferas municipal, estadual e federal (SIMÃO et al, 2010).

Diante desse contexto, é de extrema importância a reflexão sobre a proposta da política desenvolvida para a região:

A proposta do Serviço Florestal é procurar fazer com que haja uma sinergia entre as atividades florestais nas concessões e as atividades comunitárias. Esta interação permite a consolidação de uma economia florestal forte, capaz de gerar postos de trabalho, renda e desenvolvimento aliado à conservação dos recursos florestais.

Assim, sempre que existirem comunidades próximas às áreas de concessão, serão realizadas atividades de apoio ao manejo da floresta pelas comunidades (SFB, 2017)

Para Santos (2010) não basta estabelecer metas, políticas, programas e projetos se estes, durante o período de execução, não forem adequadamente gerenciados e avaliados. Para o autor:

Nos processos de formulação e implementação de políticas públicas destaca-se a centralidade da dimensão intersetorial e integrativa. Interligar as políticas sociais para que elas promovam o desenvolvimento da sociedade de modo geral, não apenas de um ou outro indicador social; integrar os programas de transferência de renda com outras políticas sociais e mesmo econômicas e trazer os governos subnacionais (Estados e municípios) para o centro das decisões e, sobretudo, das ações de desenvolvimento local (SANTOS, 2010).

Assim, é de extrema importância o estudo sobre o processo de gestão das políticas públicas implementadas na região, visando a melhor compreensão da relação entre Estado e sociedade, assim como, sobre o processo de gestão comunitária dos PMFS's, no intuito de analisar os impactos positivos e negativos da atividade para as comunidades.

## **6. CONCLUSÃO**

O processo de regularização territorial e a política de ordenamento implementada pelo governo do Estado do Pará considerou todos os atores presentes no território, inclusive as comunidades que já habitavam a região. Entretanto, as particularidades socioeconômicas e culturais das comunidades não são favoráveis ao processo de concessão florestal implementado na região na última década, principalmente porque não há trajetória de vida dos comunitários voltada para o desenvolvimento do manejo florestal.

A presença do Estado e de seus órgãos reguladores se deu no marco inicial de implantação da política florestal na região, limitando-se para a resolução dos conflitos sociais existentes pela presença das terras indígenas Maró, sendo notória a fragilidade da administração pública no que se refere ao processo de governança voltado para o acompanhamento e avaliação da política em questão.

Nas comunidades estudadas as principais problemáticas sócio produtivas estão relacionadas: a educação, com a falta do ensino médio; a saúde, com a falta de um sistema de comunicação local, via rádio para acionar resgates de urgência; no aspecto produtivo, a falta de organização comunitária para o desenvolvimento de projetos produtivos visando o mercado local.

A autodenominação de “comunidades agroextrativistas” pelos comunitários é atribuída ao processo histórico e tradicional de coleta de produtos da floresta, como a castanha, a resina do breu e cipós para artesanato. Esses produtos além de sustentar a cultura extrativista das comunidades, quando somados ao plantio de urucum e açaí, geram renda significativa às famílias. A farinha é o principal produto produzido pelos comunitários, e é a base da alimentação das famílias, complementada com a pesca, caça, criação de aves, produtos do extrativismo e de culturas agrícolas.

A relação das comunidades com as empresas madeireiras é vista de forma positiva pelos comunitários, que se favoreceram com a implantação de Projetos de Manejo Florestal

Sustentável (PMFS), oportunidade de emprego, comercialização de produtos, melhoria de infraestrutura, entre outros. O manejo florestal é visto pelos comunitários como uma oportunidade de renda complementar para as famílias, mas em algumas comunidades, a atividade florestal está se tornando a principal fonte de renda, ameaçando a prática agrícola tradicional, levando a preocupação das lideranças locais, visto que os comunitários não se envolvem nas atividades operacionais de manejo florestal, porque eles não se identificaram com as mesmas.

Para melhor compreensão sobre a relação entre as comunidades e as empresas madeireiras, são necessários estudos complementares sobre o processo de gestão comunitária dos recursos recebidos dos PMFS's, assim como, estudos de avaliação dos impactos decorrentes do término desses projetos nas comunidades.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, P.; AMARAL NETO, M. **Manejo Florestal Comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia Brasileira e na América Latina**. Belém: IEB-IMAZON, 2005.

BRASIL. Decreto nº. 2.280 de 24 de maio de 2010. **Diário Oficial da União**: Seção 1. Brasília, DF. 2010. “Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2010/05/24/9711/>”. “Acesso em: 10 de junho de 2018”.

CARDOSO, D; SOUSA-JR, C. **Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON. Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)**: Estado do Pará 2015-2016. Belém, PA: Imazon, 2017. 32p.

CATETE, V. L. L.; COSTA, S. M. G. da. *Exploração dos recursos naturais e conflitos sociais na Gleba Nova Olinda*. **Novos Cadernos NAEA**. v. 21, p. 213-232, maio/ago. 2018.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL. **Prazer em conhecer Mariazinha**: Rio Maró. Santarém: CEAPS, 2013. 20p.

CHAMBERS, R. **Rapid Rural Appraisal**: rationale and repertoire. *Public administration and development*, Nottingham, v. 1, n. 2, abr./jun. 1981.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Amazônia legal**: propostas para uma exploração agrícola sustentável - Relatório completo. FGV EESP-Fundação Getúlio Vargas, Escola de Economia de São Paulo. GV Agro Centro de Estudos do Agronegócio. 2016, 230 p.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-Bio. **Relatório Final – Projeto de Desenvolvimento Comunitário**: fortalecimento da economia agroflorestal e extrativista das comunidades na Gleba Nova Olinda I. Belém: Ideflor-Bio, 2009. 86p.

\_\_\_\_\_. **Produção dos Contratos de Concessão**. Belém: Ideflor-Bio, 2017. 13p.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA. **Relatório de Gestão**. Belém: Iterpa, 2007. 38p.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IIEB. **Análise de acordos entre empresas e comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR163 e entorno, no Estado do Pará** – Belém: IIEB, 2011, p. 96.

\_\_\_\_\_. Projeto Fortalecimento das Cadeias de Valor na Amazônia: Cenários e proposições sobre os produtos madeireiros, Castanha do Brasil, Cacau e Açaí nos estados do Pará e Amapá. **Relatório Técnico FORCAV**. [Pará/Amapá]: IIEB/Vale do Rio Doce, [ca. 2017], 97p.

LIMA, P. G. C. *et al.* Agrobiodiversidade e etnoconhecimento na Gleba Nova Olinda I, Pará: interações sociais e compartilhamento de germoplasma da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz, Euphorbiaceae). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciênc. Hum., Belém, v. 8. n. 2, p. 419-433, mai/ago. 2013.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991. p. 149-158.

PEREIRA, D. *et al.* **Fatos Florestais da Amazônia 2010**. Belém, PA: Imazon, 2010. 126p.

ROS-TONEN, M. Novas perspectivas para a gestão sustentável da floresta amazônica: explorando novos caminhos. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 1, p. 11-25, jan./jun. 2007.

SANTANA, A. C. de. *et al.* O Valor Econômico da Extração Manejada de Madeira no Baixo Amazonas, Estado do Pará. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v. 36, n. 3, p. 527-536, 2012.

SANTOS, M. da G. dos. Políticas Públicas: contribuições para o debate. *In*: KANAANE, R; FIEL FILHO, A; FERREIRA, M. das G. **Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo: Atlas, p. 3-33, 2010.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB. **Gestão de Florestas Públicas – Relatório 2017**. Brasília: SFB, 2017. 83 p.

\_\_\_\_\_. **Gestão de Florestas Públicas – Relatório 2018**. Brasília: SFB, 2018. 79 p.

SIMÃO, A. G. *et al.* Indicadores, políticas públicas e a sustentabilidade. *In*: SILVA, C. L da; SOUZA-LIMA, J. E. de. (org). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, p. 35-68, 2010.

TOURINHO, M. M. **Mamurú-Arapiuns: uma região amazônica em disputa**. Belém: UFRA-Universidade Federal Rural da Amazônia. 2014. 229 p.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERÍSSIMO, A.; PEREIRA, D. Produção na Amazônia Florestal: características, desafios e oportunidades. **Parcerias Estratégicas**, v. 19, n. 38, p. 13-44, jan/jun. 2014.